

17 JAN 1992

Economia - Brasil

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
 RUY MESQUITA
Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
 Fernão L. Mesquita
Diretor Executivo
 Fernando L. Mitre
Editor Chefe
 Celso Kinjô

Diretor Superintendente
 Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
 Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
 Rodrigo L. Mesquita

Um dia a casa cai

Boa parte das esperanças numa melhora da situação econômica, hoje marcada pela recessão e pelo desemprego, está depositada no acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que se esperava fosse assinado no próximo dia 22. Ele é essencial para que o País possa se entender com os credores oficiais e os bancos particulares e, conseqüentemente, habilitar-se a receber novos investimentos externos e reativar a economia. Ora, aquele acordo pode ser inviabilizado se o Congresso não oferecer nenhuma alternativa para a proposta do governo de aumento das contribuições previdenciárias, que rejeitou liminarmente.

Esta é a questão concreta e imediata que está nas mãos de deputados e senadores. Ela tem uma relação íntima com a situação, cada vez mais difícil, das empresas e de seus trabalhadores. A indústria paulista iniciou o ano de 92 numa situação dramática. De acordo com dados da Fiesp, foram demitidos no ano passado nada menos que 158.531 trabalhadores. Só na última semana de dezembro o número de demissões foi de 12.302. As expressões usadas pelo diretor do Departamento de Documentação, Estatística, Cadastro e Informações Industriais da Fiesp, Horácio Lafer Piva, para qualificar a situação mostram o estado de espírito dos empresários. "1991 foi horrível", afirma ele, acrescentando que aqueles números constituem "uma loucura, um verdadeiro suicídio, pois o nível de emprego é o termômetro da economia". E, dependendo do comportamento do Congresso, 1992 poderá ser ainda pior.

As dificuldades estão levando empresários e trabalhadores a buscar fórmulas diversas destinadas a diminuir as conseqüências negativas da recessão — licença remunerada, férias coletivas, redução da jornada de trabalho e de salários e, em último caso, acordo para demissões voluntárias. A situação é tal que os sindicatos, que sempre resistiram a acordos para redução da jornada de trabalho e salário, co-

mo forma extrema de garantia de emprego, começam a admitir essa hipótese. O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Francisco Canindé Pegado, já encara essa possibilidade como "imoral, mas admissível". E dirigentes da Força Sindical, que tem sido procurada por várias empresas para encaminhar acordos daquele tipo, já admitem discutir o problema como "última alternativa", desde que as perdas salariais possam ser compensadas no futuro.

Aliás, os empregados de uma empresa do ABC paulista já concordaram, dias atrás, com uma proposta de redução da jornada e do salário, mesmo contra a opinião do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que foi forçado a dar o seu aval. Em Campinas os empregados de uma fábrica de fogões e a diretoria do sindicato dos metalúrgicos local estudam no momento uma proposta semelhante. O mesmo ocorre no caso de várias indústrias têxteis de Santa Catarina.

Os trabalhadores começam a perceber que nenhum empresário demite por prazer e que, numa conjuntura difícil como essa, o entendimento é o único caminho que resta para a garantia de emprego, ainda que com sacrifícios passageiros.

Infelizmente, esse terrível drama vivido pela sociedade brasileira parece não preocupar os homens do Congresso, que não correm o risco — imediato — de perder o emprego e que vão receber Cr\$ 10 milhões por terem atendido à convocação do presidente para discutir a questão do aumento dos 147%.

Desta vez eles não poderão, como têm feito até aqui, se limitar a rejeitar o que o governo propõe sem oferecer uma alternativa para o que rejeitaram, como pediu mais uma vez em sua entrevista de quarta-feira o presidente Collor.

Se continuarem agindo assim, um dia a casa cai — também a deles. Em cima deles.